



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública Sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade de Atena Tecnologias em Energia Natural, realizada em Martinópolis-SP, em 4 de junho de 2009.

Realizou-se, no dia 4 de junho de 2009, às 17 horas, na Câmara Municipal de Martinópolis, na Praça dos Vereadores, nº 1, Centro, Martinópolis-SP, a audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade de Atena Tecnologias em Energia Natural (Proc. SMA nº 13.818/07). Dando início aos trabalhos, o Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Valdemir Caetano de Souza, Prefeito do Município de Martinópolis, Antônio Leal Cordeiro, Ex-Prefeito do Município de Martinópolis, Francisco M. da Silva, Chefe de Gabinete do Prefeito de Martinópolis, Felipe Goulart Valentin, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Município de Martinópolis, e Josias Fidellis, Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Município de Martinópolis –, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Ilza, Cícero Dias de Souza e Edvaldo dos Santos Fagundes, Vereadores do Município de Martinópolis –, das entidades ambientalistas, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Galileu Chagas, Camila de Campos Julio, vinculado à Prefeitura do Município de Martinópolis, Civaldo Rodrigues Junior e Marcos Antônio Mantovani, representantes da Delegacia de polícia de Martinópolis, e Luiz Henrique Broinizzi, representante da Polícia Militar Ambiental de Martinópolis –, das organizações da sociedade civil – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Marcelino Sotocorno, representante do Sindicato dos Trabalhados do Município de Regente Feijó, e Valdir Vieira Junior, Pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, – enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental–EIA/RIMA do empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade de Atena Tecnologias em Energia Natural. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento às analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, a Secretária-Executiva Adjunta, Cecília Martins Pinto, esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Roberto Sodrê Viana Egreja, representante da Atena Tecnologias em Energia Natural, apresentou breve histórico da empresa e as principais características do projeto que se pretende implantar. Kleber Torezan, Engenheiro vinculado à Prejec Engenharia, apresentou, com detalhes, os estudos ambientais, dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento, aos estudos realizados e as medidas que seriam implementadas para mitigar e/ou compensar os impactos mais significativos que serão causados. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

nome. José Robinson Martinez disse apenas desejar saber mais ou menos a profundidade do Aquífero Guarani, que se encontra na região, e se o vinhoto e demais materiais pesados adicionados ao adubo não serão absorvidos pelo próprio aquífero. Carlos Schelini César, Promotor de Justiça de Martinópolis, disse trazer uma questão relativa ao meio ambiente urbano, mais especificamente a respeito do impacto possivelmente causado pela pessoas que tenham sido trazidas de fora do município para trabalhar na agricultura de cana, e que receia que isso possa se ampliar; comentou que, a partir da verificação do gráfico de mão-de-obra utilizada na Usina Atena, foram utilizadas na obra de quinhentos e oitenta a seiscentas pessoas, metade dela formada por imigrantes. Comentou que, quando foi feita a pesquisa com relação à população, a primeira questão positiva que foi colocada dizia respeito à geração de empregos; que a Usina está trazendo mais da metade de pessoas de fora, mais especificamente do Estado da Bahia, pra trabalhar em Martinópolis, em vez de utilizar a mão-de-obra da cidade ou da região de influência; cogitou se não estaria havendo aí um desvirtuamento da proposta de geração de empregos, que foi colocada como o mais importante benefício do projeto; questionou se esse estudo de impacto estaria levando em consideração essas trezentas ou mais pessoas que vem de uma outra região, com outra cultura e outra identidade, tendo em vista que o município de Martinópolis não chega a vinte e cinco mil habitantes, entre zona rural e distritos, totalizando mais de um por cento da população, trazida sem vínculos com a região ou com o município. Questionou se estaria sendo previsto o impacto que esse contingente humano pode causar nos sistemas de saúde e de educação, com relação aos aparelhos públicos, incluindo a delegacia de polícia, os fóruns, e principalmente o hospital, órgãos que notadamente trabalham com excesso de serviço e número reduzido de funcionários; voltou a indagar se um acréscimo de um por cento da população não poderia causar prejuízos, concluindo acreditar que possivelmente sim; disse querer saber se o estudo de impacto ambiental prevê alguma contrapartida para o município, no sentido de permitir-lhe se adequar a isso. Por fim, questionou se, por acaso, a política da Usina continuaria dessa forma, ou seja, tendo em vista o aumento de seiscentos para dois mil empregos na área rural, se será mantida a idéia de se trazer os migrantes pra trabalhar na cultura da cana, como é o projeto de ampliação. Galileu Chagas, advogado da Prefeitura de Martinópolis, destacou que sua preocupação se relaciona com o meio ambiente natural; que Martinópolis possui um recanto turístico conhecido não só regional como até nacionalmente; que, quando da expedição das certidões de uso e ocupação do solo para o parque industrial, o município expediu as certidões destacando que nada tinha o opor, à exceção das restrições estabelecidas pelo Plano Diretor do Município e da Represa Laranja Doce – especificamente a respeito da qual um dispositivo este instrumento criou uma área de proteção ambiental num raio de dois quilômetros e meio em todo em seu entorno. Questionou também sobre o que teria sido estabelecido ou apreciado com relação ao cultivo da cana-de-açúcar e em torno da Represa, nessa área, posto que pelo plano diretor está proibida qualquer utilização para plantio agrícola que demande o uso de fertilizante ou defensiva agrícola. Márcia Nisonea, moradora de Martinópolis, afirmou desejar saber detalhes técnicos da pesquisa sob discussão, tendo em vista que mora num bairro populoso e com um nível educacional muito bom e contudo não conhece ninguém que participou desta pesquisa; que gostaria de saber se isso está registrado, e se a pode ter acesso. Comentou que sua cidade tem apenas um hospital, precário, cuja segurança está precária, tendo piorado muito em função desse acréscimo populacional. James, Vereador de Martinópolis, disse desejar saber a respeito da Usina, dentro da política de responsabilidade social que ela tem, qual sua contribuição para o município no contexto das crianças e adolescentes; saber também do que na cidade há em termos de projetos nessa área, e, por fim, o que a empresa traz para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

fomentar os projetos na cidade. Senhor Roberto Sodré Viana Egreja, Diretor-Proprietário da Atena Tecnologias em Energia Natural Ltda., comentou a respeito da preocupação quanto aos aspectos de segurança pública, ressaltando que há hoje trezentos e sete trabalhadores vindos de outros estados, e que, nesse sentido, há que se tentar evitar os impactos negativos sobre a estrutura de uma cidade que não está preparada para uma maciça migração; afirmou haver tomado certo cuidado a respeito, e que no município de Martinópolis, hoje, há cento e oito pessoas, aproximadamente cem pessoas em Rancharia, cerca de cinquenta pessoas na Vila Escócia, e o mesmo número em Regente Feijó, números estes aproximados porque diariamente entram e saem pessoas, o que é estimado pelos ônibus, que comportam, cada um, aproximadamente quarenta e cinco pessoas, e que, em razão disso, com relação à Usina Atena, pode-se dizer que não mantém trezentas pessoas em Martinópolis; questiona por que, se sessenta e dois por cento da população acham que uma usina é bem-vinda em Martinópolis porque traz empregos, que sentido teria trazer-se os empregados da Bahia, e que o que se observa, notoriamente no Estado de São Paulo, é a diferença de nível de renda, de qualidade de vida e de qualificação profissional entre os moradores do Estado e os dos demais estados da Federação; que, embora se tenha índices de desemprego que pontualmente e estatisticamente meçam o fenômeno, há o desemprego relativo ao tipo de emprego que a pessoa deseja ter. Comentou que não é qualquer trabalhador que aceitaria cortar cana, posto tratar-se de um dos mais árduos trabalhos que existem; que até 2014 toda a cana não será mais colhida através de fogo, fator responsável por muitos acidentes, e que em razão disso os imigrantes deixarão de ser necessários na mesma intensidade, devendo ser mantidos apenas cerca de quinhentos a seiscentos profissionais, que inclusive serão responsáveis pela tradição culinária. Disse que, nos últimos quinze anos em Martinópolis, várias usinas cresceram, dando ocasião ao aumento de postos de trabalho qualificados, aumentando assim a disputa por vagas; que nos últimos quinze anos Martinópolis observou-se um decréscimo muito grande de trabalhadores rurais, e que o aumento de seu número tem preocupado as pessoas. Destaca entretanto que os trabalhadores frequentemente retornam aos seus locais de origem após cerca de seis meses; que quem tem sido atraído para a cidade são os proprietários de pequenos parcelamentos de solo; que a vigilância sanitária tem trabalhado para reduzir o impacto da presença de cento e oito cortadores de cana. Frisou que, com o aumento da arrecadação, será possível investir em hospitais e em escolas; que não se deixou de dar emprego na cidade por conta da escassez de trabalhadores em grande número, especialmente necessários na primeira colheita, que não responde adequadamente ao uso de máquinas, e que daí vem essa preocupação com o primeiro corte; disse estar falando principalmente da Fazenda Campo Verde; que lá houve um incêndio criminoso; e que a fazenda fica dentro de sua fazenda. Alegou que quando plantou talvez o plano diretor do município fosse outro; que, portanto, sendo necessário a retirada da cana para se adequar à lei, poderá esboçar um plano de ajuste de conduta no sentido de que não se plante mais cana no local, mas que com certeza a partir do ano que vem não haverá mais a colheita através do sistema de fogo lá. Observou que se conseguiu licenciar a Usina Diana e teria sido considerado ambientalmente viável o empreendimento por meio de um relatório de impacto ambiental preliminar, que depois foi questionado pelo Ministério Público, que, por fim, conduziu ao Termo de Ajustamento de Conduta em razão do qual participa da presente audiência pública; que o empreendimento, que conta vinte e três anos, dobrou de tamanho nos últimos dois; disse orgulhar-se do trabalho que vem realizando, diversamente do que ocorre com a Atena; que se limitou ao referido projeto por falta de condições de realizar mais no momento, mas que deverá ainda implementar outros projetos, encerrando por salientar que ainda mantinha disponíveis cópias do EIA/RIMA. Kleber Torezan, representante da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Projec Engenharia, destacou, a respeito do Aquífero Guarani, que este se apresenta de maneira confinada, ou seja, ele não é livre para o contato com as águas superficiais, situando-se sobre uma camada espessa de basalto, em formação de serra em geral, e, na região, apresenta uma profundidade média de aproximadamente um mil e quinhentos metros; a respeito da indagação sobre contaminação com produtos agroquímicos e a “fertirrigação”, entre outros, foi feita uma avaliação sobre a vulnerabilidade, especificamente dentro da área de influência do projeto, bem como sobre a aplicação de vinhaça e demais produtos, ressaltando a disponibilidade do material em relatório, destacando situar-se a vulnerabilidade local no nível médio. Enfatizou o rigor do órgão ambiental na disciplina da observância do plano de aplicação da vinhaça, onde antes de cada safra a usina é obrigada a apresentar quais serão os volumes de álcool e vinhaça que serão produzidos durante a safra, apresentando, de maneira georreferenciada, todos os pontos onde coletou a análise de solo, para que a Cetesb possa vir ao local e fazer uma coleta de solo pra fazer a comparação, de modo a determinar, naquela região, naquele local, qual é a capacidade que aquele solo tem para receber a vinhaça que será aplicada, de maneira a sempre proporcionar o equilíbrio entre aquilo que a vinhaça oferece ao solo e aquilo que é necessário à cultura, de forma a permanecer no solo, para que este mantenha vivos os microorganismos necessários a sua manutenção; ressalta que, dentro do estudo sob análise, mais especificamente na página cento e noventa, no capítulo destinado à avaliação sócio-ambiental da área de influência, é mostrado que entre os municípios de João Ramalho, Martinópolis e Rancharia inexistiu uniformidade no número de leitos disponibilizados via SUS; que Martinópolis possui atualmente sessenta e seis leitos hospitalares, sendo quarenta e um deles destinados ao sistema do SUS; que Rancharia conta com uma unidade com cento e cinco leitos, sendo destes setenta e dois destinados aos SUS; que é feita uma classificação a partir desses dados, e que, na aplicação dos índices necessários, essa classificação caracteriza a situação como satisfatória; que, com relação à metodologia aplicada, a pesquisa de percepção ambiental é, dentre as várias metodologias de pesquisa, aquela sugerida pela Secretaria do Meio Ambiente, mostrando os municípios que compõem a área de influência do projeto e mostrando quais foram os domicílios existentes com base no último levantamento realizado pelo IBGE ou SEADE. Disse que a Secretaria do Meio Ambiente aprovou essa metodologia, e que ela então foi aplicada em campo; que o município de Martinópolis, dentro dessa pesquisa de percepção ambiental, contou com uma amostra de trezentos e setenta e nove entrevistados; que o de Rancharia, com trezentos e oitenta e dois, e o município de João Ramalho, duzentas e oitenta e nove entrevistas, perfazendo um total de um mil e cinquenta entrevistas; quanto à questão da disponibilização dos dados, comentou ser obrigado, por força da lei, a permanecer de posse desses dados, que são guardados em escritório na sede da empresa, em Araçatuba, e que estaria, por força de uma determinação da própria Secretaria de Estado do Meio Ambiente, obrigado também a guardar esses resultados para o momento em que eventualmente venham a ser exigidos; que, se solicitado, poderá agendar uma reunião com a comunidade e apresentar os resultados dentre as questões que foram colocadas nessa pesquisa de percepção ambiental. Arrematou dizendo que teve a oportunidade de apresentar apenas três desses resultados. Depois de declarar terem sido cumpridas todas as etapas da audiência e de informar que as pessoas interessadas em aprimorar esse empreendimento tinham o prazo de cinco (5) dias úteis, contados a partir da data dessa audiência, para encaminhar sua contribuição, ou protocolando-a diretamente na Secretaria-Executiva do Consema ou encaminhando-a através dos Correios, agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, a presença de todos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta, lavrei e assino a presente ata.